



Valor Econômico – 28 Jan 2004

Governo deve aprovar hoje MPs da energia com 120 emendas

O governo finalizou ontem as bases do novo modelo do setor elétrico. As medidas provisórias que tratam do tema - nº 144 e 145 - devem ser aprovadas pela Câmara dos Deputados hoje.

O deputado Fernando Ferro (PT-PE), relator da MP 144, acatou 120 emendas de um total de 766 apresentadas ao texto original. "Praticamente 90% do seu conteúdo já foi acordado com as lideranças, o que permite a sua aprovação", disse Ferro.

Dentre os pontos amarrados entre o relator e os deputados que apresentaram emendas estão prazos maiores de transição para o novo modelo de alguns dos pontos mais polêmicos.

As empresas ganharam mais um ano, no mínimo, para manter regras como a auto-contratação (self-dealing) e a verticalização, que beneficia as estatais Copel e Cemig, que ainda têm sob o mesmo grupo as áreas de geração, transmissão e distribuição.

Pela regra atual da auto-contratação, as distribuidoras podem adquirir até 30% da energia que vendem de uma empresa geradora do mesmo grupo. Mas o novo modelo pretende acabar com essa negociação entre empresas-irmãs.

A manutenção da verticalização e da auto-contratação foi um pedido pessoal do governador do Paraná, Roberto Requião, para a estatal de energia do seu Estado, a Copel.

O relatório da MP, segundo Ferro, permitirá à Copel continuar com auto-contratação apenas no período de transição, "para não permitir a contestação jurídica do modelo por outras empresas com o mesmo interesse". Ontem, o relator disse que conversaria a respeito da desverticalização e da auto-contratação da Copel com Requião. "Soube que ele fez o pedido a outros ministros, mas a proibição destes itens é peça central do modelo idealizado pela ministra".

O texto original da MP 144 previa que as empresas inadimplentes com outras companhias do setor, com o governo ou bancos estatais não teriam direito ao reajuste anual de suas tarifas. Este ponto foi extremamente criticado pelos investidores. Por isso, o relator resolveu dar mais um ano, pelo menos, para que as empresas fiquem em dia com os seus débitos. "É preciso um prazo de ajuste porque a crise financeira que as empresas atravessaram ainda não se resolveu", disse o deputado Mauro Passos (PT-SC), da base governista.

Outro ponto acatado pelo relator permite que a Eletrosul, empresa apenas de transmissão de energia, volte a investir em geração. A empresa já teve uma parte de geração que foi desmembrada, passou a se chamar Gerasul e foi vendida para a belga Tractebel.

Uma outra modificação acatada pelo relator é a emenda que permite tratamento diferenciado a 40 projetos de usinas hidrelétricas ou térmicas que já foram licitados, mas que ainda não entraram em operação. Alguns dos projetos estão prontos, mas sem gerar energia, e outros sequer saíram do papel. Estes empreendimentos somam 13 mil megawatts (MW) de energia hidrelétrica e outros 10 mil MW de energia térmica.

O deputado relator disse que, no caso destas usinas, fica difícil a classificação de energia "nova" ou "velha". Por isso, os investidores destes projetos poderão optar se preferem participar do leilão de energia das usinas já amortizadas (velha) ou de novos empreendimentos (energia nova), atendendo ao pedido feito pela Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage).

Também foi dado no relatório um prazo maior para a renegociação de contratos entre comercializadores, consumidores livres, grandes consumidores e auto-produtores junto às empresas de geração. Os encargos setoriais de um consumidor cativo se manterão mesmo se ele resolver se tornar livre, de acordo com o relatório, ponto que desagradou as comercializadoras mas beneficiou as distribuidoras.

Foi acordada ontem com o deputado Eliseu Resende (PFL-MG) mudanças na redação do texto final que traçará com maior clareza as atribuições dos órgãos do setor como o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). "É preciso dar nomes aos bois", disse.

O relatório só foi finalizado ontem à noite, depois de um dia de extensas reuniões. Pela manhã, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, esteve em reunião fechada com os líderes partidários, da base governista e da oposição, por mais de três horas. Segundo a ministra, a discussão das emendas foi positiva. "Elas visam o aperfeiçoamento do modelo proposto pelo governo".



Já os investidores não gostaram da pressa do governo em acelerar a votação das MPs hoje. Ontem, eles enviaram uma carta à ministra e ao presidente da República criticando o novo modelo. Assinaram o documento os presidentes da Confederação Nacional das Indústrias, Armando Monteiro Neto; da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Horácio Lafer Piva; da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base, José Augusto Marques; da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales e da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Luiz Carlos Guimarães.

Na carta, eles dizem que o modelo proposto traz a "possibilidade de ruptura das regras contratuais e abre espaço para relevante passivo judicial", e criticam o excesso de poder do Ministério de Minas e Energia: " se aprovada nos termos atuais, a MP fará com que o Poder Executivo não necessite reportar-se ao Parlamento para introduzir qualquer espécie de alteração normativa no setor elétrico brasileiro".